

Propostas metodológicas na análise de textos: argumentatividade e ensino

Charleston Chaves ()*

1. A importância da Linguística Textual

Analisar textos sob a ótica da Linguística Textual é tarefa primordial deste trabalho. Esse ramo da Linguística surge na Europa por volta dos anos 1960. É bem verdade que haja outros estudiosos que fizeram análises linguísticas antes dessa década tendo como ponto de referência os textos como, por exemplo, Eugênio Coseriu, que, ainda nos anos de 1950, já havia cunhado o próprio nome desse ramo da linguística, fato que só depois seria postulado. Bechara, que faz abertura do livro de Koch – *As Tramas do Texto* – fala isso (KOCH, 2008a, p.7):

A Linguística Textual é uma disciplina integrada no âmbito das ciências da linguagem nos anos cinquenta, quando o teórico Eugênio Coseriu lhe fez a primeira referência e lhe conferiu essa denominação. Com o decorrer do tempo e da ação de novos investigadores, em especial alemães e franco-suíços, a disciplina, deixando o ninho antigo do *Trivium* clássico, foi alargando seus objetivos e horizontes, a tal ponto que hoje, mesmo ainda buscando seu amplo arcabouço teórico, constitui um campo bem delimitado e uma feição inconfundível diante de disciplinas que estudam paralelamente as utentes e de todos os fatores explícitos e implícitos que molduram e operacionalizam essa atividade.

Há um número significativo de disciplinas que se relacionam com a Linguística Textual, provando seu caráter transdisciplinar, tão importante a uma disciplina que tem o texto como seu objeto de estudo. Por isso, Bechara (KOCH, 2008a, p.7) também argumenta que:

Daí a L.T. receber subsídios da Pragmática Conversacional, da Teoria da Conversação, da Teoria da Enunciação, da Teoria dos Atos da Fala, da Linguística Cognitiva, da Psicologia da Atividade, da Filosofia da Linguagem, entre outras contribuições que lhe vão dando feição tão particular hoje, que a Gramática Funcional e a Gramática Formal já não lhe atendem amplamente as necessidades e objetivos.

(*) Professor Adjunto IV de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), líder dos Grupos de Pesquisa GELD e GEM, membro permanente do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa (PPGLILP/UERJ) e membro da Academia Brasileira de Filologia – Cadeira 16.

Entretanto, a Linguística Textual passou por mudanças em seu percurso histórico. Em seu curso evolutivo foi ampliando sua abordagem, redefinindo o seu objeto de estudo – o texto – e se comunicando com outras áreas, fator que possibilitou uma gama de ferramentas das quais a L.T. se vale a fim de promover com mais abrangência as análises textuais.

Dessa evolução, é possível destacar o que ocorreu desde seu surgimento. Nos anos 1960, por exemplo, houve uma ênfase considerável nos estudos dos mecanismos coesivos, “ou seja, os recursos da língua que permitem estabelecer, entre os elementos constituintes de uma superfície textual, relações sintático-semânticas, que lhe garantam a continuidade de sentido.” (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2008, p.11).

Entretanto, nesse primeiro momento ainda não se fazia distinção entre coesão e coerência e a L.T. estava primordialmente preocupada com os “mecanismos interfrásticos que são parte do sistema gramatical da língua, cujo uso garantiria a duas ou mais sequências o estatuto do texto.” (KOCH, 2004, p.3) Ainda que o estudo dos fenômenos de coesão e coerência seja imprescindível para a análise de um texto e até hoje sejam largamente estudados, havia outros aspectos que ainda não tinham sido levados em consideração e que passaram a ser consideradas nos anos 1970:

Não tardou, porém, que os linguistas de texto sentissem a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica, visto ser o texto a unidade básica de comunicação/interação humana. A princípio timidamente, mas logo a seguir com maior vigor, a adoção da perspectiva pragmática vai-se impondo e conquistando proeminência nas pesquisas sobre o texto... (Koch, 2004, p.13)

Esse foi um marco para a Linguística Textual, pois passaram a ser considerados diversos fatores de natureza pragmática para analisar um texto, ainda mais com a contribuição de Beaugrande & Dressler (1981) ampliando e discutindo os níveis de textualidade: *coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade*. Justamente nos anos 1980, o texto passou a ser analisado pela L.T. como composto de mecanismos/estratégias de ordem cognitiva em seu processamento. Assim a discussão sobre as pressuposições, implicações e intencionalidades foram avaliadas de forma mais abrangente e incorporadas às análises linguístico-textuais.

Nessa linha o estudo da coesão e da coerência passou a ser abordado por intermédio das relações entre esses aspectos, provando que não podem ser analisados separadamente. Dessa forma, os elementos conectores além de servirem notadamente como mecanismos de coesão fornecem subsídios primordiais para a coerência, revelando-se como marcas que compõem o tecido textual.

Já a partir dos anos de 1990, houve também adoção do sociocognitivismo e do interacionismo bakhtiniano (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, p.13) e é “à luz deste último paradigma, que a Linguística Textual vem desenvolvendo suas pesquisas...”. Por conseguinte, esses pressupostos teóricos dimensionam a abordagem dos textos e fornecem elementos diversos na árdua tarefa de analisá-los em suas intencionalidades.

Mais recentemente, Jean-Michel Adam (2008, p.23-24), que é um dos grandes teóricos sobre Linguística Textual, não só chama a atenção para o pioneirismo de Eugênio Coseriu, mas também coloca a LT como parte integrante da Análise do Discurso, considerando-a como *análise textual dos discursos*, sem, no entanto, desconsiderar suas próprias abordagens epistemológicas:

Eugênio Coseriu, que parece ter sido um dos primeiros, desde os anos 1950, a usar o termo “linguística textual”, propõe, com muita razão, em seus últimos trabalhos, distinguir a “gramática transfrasal” da “linguística textual” (1994). Se a primeira pode ser considerada como uma extensão da linguística clássica, a linguística textual é, em contrapartida, uma teoria da produção co(n) textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos. É esse procedimento que me proponho desenvolver e designar como *análise textual dos discursos*. (...) As páginas a seguir inscrevem-se na perspectiva de um posicionamento teórico e metodológico que, com o objetivo de pensar o texto e o discurso em novas categorias, situa decididamente a linguística textual no quadro mais amplo da análise do discurso.

Esse é um passo importante para a teoria de Adam, embora a Linguística Textual e a Análise do Discurso tenham origens distintas. É bem verdade que, em nosso trabalho, discutiremos a necessária distinção entre *discurso* (processo) e *texto* (resultado) e notaremos que se o texto é o resultado do discurso, nada impede de pensarmos a LT como uma análise de textos, que são obrigatoriamente constituídos de efeitos discursivos.

Assim, o estudo dos conectivos tendo como referência a Linguística Textual possibilitará, portanto, avaliarmos as funcionalidades discursivas por vários prismas, reconhecendo que diversos outros itens gramaticais contribuirão, juntamente com esses elementos de conexão, para proporcionar os valores semânticos utilizados como estratégias

argumentativas. Saber reconhecer essas estratégias formará melhor o leitor e, por isso, é papel do ensino de língua portuguesa na escola mostrar a importância de conhecer os mais variados gêneros textuais e os indicadores de argumentatividade. A percepção desses valores permite maior compreensão / interpretação e, para isso, haverá contribuição também da *Pragmática* a fim de que percebamos as intenções nos usos desses elementos gramaticais.

2. O que é um texto?

Determinar o que é um texto não é tarefa fácil. Excetuaremos aqui neste artigo, de um ponto de vista semiótico, as possibilidades de se chamarem textos também composições com elementos extralingüísticos e, por isso, vamos nos ater a análises linguísticas.

O que faz um texto ser considerado como tal é o fenômeno da *textualidade*. Por uma perspectiva *sociointeracionista*, o texto é assim definido por Koch (2008b, p.30) em *O texto e a construção de sentidos*:

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

Pensar no conceito de texto por um prisma interacional fornece subsídios para pensarmos o texto como um produto em construção. Lembremo-nos de que um dos aspectos que possibilita a recepção de um texto é que somos formados como leitores a partir da leitura que fazemos de outros textos, isto é, todo texto é um intertexto, todo texto se comunica com outro direta ou indiretamente, aspecto já levantado e discutido por vários teóricos (KRISTEVA, etc.). É o contato que temos com outros textos que proporciona uma rede de comunicação que possibilita que eles passem a fazer sentido. Ao leremos uma informação que é nova, isso certamente causará certo estranhamento, mas, ao mesmo tempo, servirá como aprendizado, expressando mais um item cumulativo em nossa constituição com leitor, sempre em constante formação.

Ainda em referência à abordagem de Koch (2008b, p.31), é importante observar:

Ainda dentro dessa concepção, o texto é considerado como manifestação verbal, constituída de elementos linguísticos de diversas ordens, selecionados e dispostos de acordo com as virtualidades que cada língua põe à disposição dos falantes no curso de uma atividade verbal, de modo a facultar aos

interactantes não apenas a produção de sentidos, como fundear a própria interação como prática sociocultural.

Nessa atividade de produção textual, os parceiros mobilizam diversos sistemas de conhecimentos que têm representados na memória, a par de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sociocognitivo e textual.

O discurso é o processo que leva à construção de um texto (HENRIQUES, 2011a, p.6). A adoção dessa postura analítica sobre o conceito de texto não isenta a abordagem em chamar texto de *construção discursiva*, pois todo texto se materializa no discurso. Há vários elementos que podem entrar na formação textual: palavras, expressões idiomáticas, locuções, mecanismos coesivos, orações, frases, parágrafos. E a junção desses elementos na composição textual é que dá a tessitura necessária no desenvolvimento discursivo-textual.

Embora um texto seja um texto não apenas pelos elementos linguísticos que o compõem, mas também pela relação desse texto com outros textos (BAKTHIN; KRISTEVA), o enfoque deste trabalho está mais voltado para os elementos gramaticais que compõem um texto e orientam o *leitor / enunciatário* na percepção da defesa de uma opinião por parte do *enunciador*. Ainda assim, não será descartada a ideia de que um texto está sempre em *processo* e que sua compreensão/interpretação perpassa também conhecimentos *intertextuais* e *interdiscursivos* que associados às escolhas lexicais correspondem à semântica textual.

Estamos convencidos de que são esses dois níveis: o *conhecimento de mundo* (de outro texto, de outro discurso) e o *conhecimento linguístico* (com a relevância dos elementos conectores associados a outros itens gramaticais) que correspondem à interpretação/compreensão de textos, principalmente em relação à tipologia escolhida aqui, que é a argumentativa. Atrevemo-nos a dizer que, sem o reconhecimento dos valores desses elementos conectores, a tarefa analítica de um texto argumentativo fica pormenorizada e saber o assunto abordado não basta, se não tivermos condições de percebermos os recursos linguísticos em prol de uma opinião (ou de várias defendidas em um texto). Quando um leitor domina a análise das estratégias argumentativas, conseguindo reconhecer diversos elementos gramaticais utilizados para compor a defesa argumentativa, os conectores, em comunhão com outros itens gramaticais (certos tempos verbais, por exemplo), conferem a notabilidade necessária para que o texto seja compreendido.

Assim, o objeto textual aqui analisado – editoriais da revista *Veja* – possui uma característica de gênero do discurso muito significativa, pois mostra o perfil ideológico da revista. Procuraremos mostrar que os textos aqui analisados se prestam a defender certos pontos

de vista, como é comum nos editoriais, e valem para isso de recursos linguísticos, notadamente os conectores atrelados a outros elementos gramaticais para persuadir o leitor. O ideal é discutirmos como um ensino produtivo de língua portuguesa pode associar recursos gramaticais aos fatores de elaboração e de recepção dos textos.

3. Intertextualidade e interdiscursividade

Dentre as estratégias utilizadas na elaboração de um texto estão os fenômenos do *intertexto* e do *interdiscurso*. Dizer que uma ideia está fazendo referência a outra ou que a escritura de um texto faz lembrar outro são comentários comuns quando se interpreta um texto. Não é de se estranhar que um produtor de texto faça isso direta ou indiretamente, porque um escritor é antes de tudo um leitor e é normal que nossas produções sejam o reflexo de nossas leituras.

O conceito de *intertextualidade* surgiu no interior dos estudos da Teoria da Literatura, na década de 60, a partir dos estudos da teórica Julia Kristeva, ampliando os estudos de *dialogismo* de Mikhail Bakhtin¹.

Para ela, um texto é sempre uma produção como um resultado do contato com outros textos já escritos e que possibilitará que outros sejam escritos como um fio condutor ininterrupto, funcionando como um mosaico de citações (diretas e indiretas).

Com essa concepção de mundo, a questão do sujeito se constitui como um indivíduo que é resultado não da sua individualidade criadora apenas, mas da maneira como constrói sua identidade a partir de suas leituras. Não cremos no apagamento do sujeito, entretanto reconhecemos que sua subjetividade é reduzida, porque é resultado da organização discursiva e não propriamente de sua criatividade. Quando um autor elabora seu texto, então, a partir dessa visão intertextual, há a construção discursiva: seu consequente resultado, o texto, é um arcabouço elaborado a partir de outros textos anteriores. Além disso, não podemos nos esquecer de que a noção de sujeito discursivo seria o resultado da interação com outros sujeitos, outros discursos, e, com isso, o texto materializaria esse aspecto.

O estilo seria o reduto da autonomia do sujeito, embora possamos reconhecer que seu estilo possa também ser resultado da influência de outras produções textuais. Todavia, mesmo

¹ Mantivemos neste capítulo a referência ao Bakhtin como consta nos livros publicados no Brasil. Não é nosso interesse questionar aqui o tema defendido por Bronckart e Bota no livro “Bakhtin Desmascarado”.

sendo resultado de outras leituras, porque estamos em constante aprendizado, certas escolhas linguísticas ou temáticas são mais inovadoras que outras e isso promove o estilo de um autor, numa autonomia, diríamos, relativa.

Discutimos tudo isso, porque assim como um autor não pode produzir algo se não experienciou em outros discursos, algo que pudesse levá-lo à sua criação, certamente o leitor não lerá com a profundidade necessária, se não perceber o interdiscurso, ou sua materialização discursiva propriamente dita, o intertexto.

Koch; Bentes; Cavalcante (2008, p.14), ao citarem o posicionamento de Kristeva sobre o conceito de *intertextualidade*, comentam que a *Linguística Textual* fez questão de incorporar o conceito de Bakhtin:

A Linguística Textual, como iremos ver no desenvolvimento deste trabalho, incorporou o postulado dialógico de Bakhtin (1929), de que um texto (enunciado) não existe nem pode ser avaliado e/ou compreendido isoladamente: ele está sempre em diálogo com outros textos.

Por isso, a aquisição da leitura e seu desenvolvimento é resultado do acúmulo de outras leituras e da qualidade na seleção dos textos lidos. Dessa forma, a chance de um leitor reconhecer as estratégias pretendidas por um autor em seu texto fica mais evidente e a leitura desse texto teria um resultado mais satisfatório.

Como a *intertextualidade* é antes um fenômeno interdiscursivo, é necessário definirmos também o *interdiscurso*. Este item está diretamente ligado à maneira como uma ideia está referida à outra conhecida nos discursos sociais sem necessariamente ter sido publicado em um texto. Um discurso ideológico sobre política que diz sobre “a necessidade de se distribuir renda” não é um intertexto, pois não há propriamente um texto original em que essa ideia tenha sido divulgada e que todos os demais textos que falassem sobre isso seriam secundários. Na verdade, isso é um interdiscurso, pois está ideologicamente constituído. É, então, um aspecto discursivo que tem o objetivo de citar uma verdade compartilhada pelos enunciadores, mas que não se sabe o domínio-fonte textual. Por isso, Fiorin (2011, p.35) diz que “A interdiscursividade não implica a *intertextualidade*, embora o contrário seja verdadeiro, pois, ao se referir a um texto, o enunciador se refere, também, ao discurso que ele manifesta”. Isso reforça que o discurso, por ser *processo*, engloba também as manifestações textuais.

O próprio Fiorin (2011, p.29-36) explica as variações tanto da *intertextualidade* quanto da *interdiscursividade*. A *intertextualidade*, segundo ele, pode se manifestar de três formas –

citação, alusão, estilização; já a interdiscursividade pode manifestar-se por meio da citação e da alusão.

Do ponto de vista intertextual, a *citação* é uma estratégia utilizada pelo autor com o artifício de citar palavras relativas a um texto original, confirmado ou alterando seu sentido. A *alusão* consiste na reprodução da construção sintática e a *estilização* é a reprodução do estilo de outrem.

Do ponto de vista interdiscursivo, a *citação*, como preferimos entender neste trabalho, é a repetição de ideias inerentes a outros discursos (percursos temáticos), ou seja, quando vários textos possuem entre eles um elo que revela um percurso temático. Um exemplo disso ocorre é quando vários textos, das mais variadas fontes discutem o papel da mulher na sociedade contemporânea. Dizemos que há entre eles a citação de um mesmo tema. Já a *alusão* consiste na referência feita a um discurso específico, a uma ideia específica que um único discurso naquele momento está fazendo a outro discurso específico.

A *interdiscursividade*, então, tem a ver com a *polifonia* discursiva, isto é, um texto traz para seu interior outras vozes, outros discursos, fator diretamente relacionado com a proposta bakhtiniana de dialogismo, isto é, que um autor elabora seu discurso a partir de outros e, por isso, novamente Fiorin (2011, p.35) diz: “o discurso não é único e irrepetível, pois um discurso discursa outros discursos”

Vamos observar o editorial “Além da Imaginação” de *Veja* e reconhecer como o conhecimento intertextual e consequentemente interdiscursivo dá um novo matiz à interpretação:

Além da imaginação

Imagine um país em que um senador que tinha as contas de sua amante pagas por uma empreiteira, e perdeu o cargo de presidente da Casa por esse motivo, é indicado na legislatura seguinte para integrar o Conselho de Ética do Senado. Ou seja, para julgar o comportamento de seus pares. Imagine um país em que outro senador arranca o gravador das mãos de um jornalista que lhe fez uma pergunta incômoda, e é apoiado por essa atitude destemperada. Imagine um país em que um deputado federal semianalfabeto, na mais benigna das hipóteses integra a Comissão de Educação e Cultura da Câmara. Imagine um país em o partido atualmente no poder concederá perdão ao protagonista do maior escândalo de corrupção da história – e que dá aulas em seu estado, de Ética Política. Imagine um país que a nova chefe da Polícia Rodoviária Federal tem a carteira de habilitação apreendida por excesso de multas. Em qualquer área, um profissional que comete um deslize é imediatamente afastado de suas funções e, dependendo da gravidade de seu ato, não volta nunca mais à ativa. Mas isso não ocorre na política brasileira. Pelo contrário, os mais enrolados são vistos com admiração por seus colegas, como se professores fossem nas artes

da prevaricação e da impunidade, e assim vão galgando postos na contramão da decência. Em todos os níveis da política brasileira, a ética é afrontada diariamente. Mas em Brasília a situação alcança o surrealismo. Em setembro de 2003, VEJA circulou com uma capa que retratava a capital federal como um pedaço de terra flutuando no ar, com o título “Brasilha da Fantasia”. Quase oito anos depois, a lógica de funcionamento da capital federal continua a ignorar as demandas do País. Brasília como mostra a reportagem que começa da página 78, permanece uma cidade fora do tempo e do espaço, que mantém códigos (i)morais próprios e nutre um insolente desprezo pela opinião pública e pela ética. Imagine um país, prezado leitor, além da imaginação. Esse é o Brasil político.

VEJA- 4 de maio de 2011.

Dentre os vários recursos utilizados nesse texto está justamente o uso da *intertextualidade*. Essa ferramenta de produção textual, que exige muito mais do leitor para que o texto seja interpretado, é utilizada de forma contundente nessa produção.

O editorial faz alusão a uma matéria de capa da *Veja* publicada em 2003 – “Brasilha da Fantasia” e que na edição aqui avaliada de 2011 é retomada com o objetivo de fazer uma comparação no que se refere às impunidades existentes em nosso país. O enunciador chega à conclusão de que nosso país continua com os mesmos desmandos, os mesmos problemas éticos, com sérios desvios de conduta moral por parte de diversos representantes políticos.

Feitas essas explicações iniciais, precisamos agora observar o aspecto intertextual. O editorial cita o título de uma capa de 2003, “Brasilha da Fantasia”, fazendo referência a uma série de televisão chamada “A ilha da Fantasia”. Nessa antiga série, tudo era possível, todos os sonhos realizáveis nessa ilha paradisíaca. Era só imaginar que o anfitrião (Sr. Roarke) esmerava-se em deixar seus hóspedes felizes. Só para o leitor que tem conhecimento do texto original (no caso os capítulos escritos e encenados da série televisiva) é que as críticas feitas no editorial resultariam em um sentido mais significativo.

Dentre as estratégias gramaticais utilizadas percebemos o uso de uma expressão sintática repetidamente: “Imagine um país em que...”. É essa expressão que daria acesso ao mundo da fantasia para que o desejo fosse realizado, mas, no texto, não configura propriamente uma imaginação, e sim a realidade absurda dos escândalos de natureza imoral apresentada toda vez que essa expressão é utilizada, reforçando, inclusive, o título, ao mostrar que o que ocorre no Brasil, mais especificamente em Brasília, seria “Além da imaginação”, ou seja, o próprio título já é uma pista para a interpretação, uma vez que orienta o leitor para um discurso que

configuraria em críticas sustentadas em situações absurdas, próprias do universo maravilhoso de conto de fada, mas que se concretizam no Brasil.

É com essa perspectiva intertextual/interdiscursiva que o autor vem enredando seu texto ao tratar fantasia como realidade. Daí o uso contrastivo (da conjunção *mas* e da locução adverbial *pelo contrário*), ao falar de necessidade de punição para os problemas apresentados, demonstra que não há punição para os desvios éticos:

EXEMPLO: *Mas* isso não ocorre na política brasileira. *Pelo contrário*, os mais enrolados são vistos com admiração por seus colegas, como se professores fossem nas artes da prevaricação e da impunidade, e assim vão galgando postos na contramão da decência.

Ao final do texto, como um reforço da tese defendida, há a estrutura sintática: “Imagine um país, prezado leitor, além da imaginação. Esse é o Brasil político.”. Com esse desfecho, procura-se dar mais ênfase ao aspecto interdiscursivo e tornar ainda mais contundente a crítica.

4. Elementos gramaticais na tessitura textual

Quando analisamos um texto, vários aspectos entram nesta equação: conhecimento linguístico, de mundo e dos gêneros discursos. Em relação aos conhecimentos linguísticos e o que eles representam, vamos analisar como os conectivos associados a outras ferramentas gramaticais podem servir de parâmetro na formação do leitor.

Dizer que um texto possui tessitura em sua composição é uma metáfora interessante utilizada por diversos pesquisadores e revela algo preponderante na elaboração deste trabalho: um texto pode ser constituído sem elementos encadeadores e, mesmo assim, não perde sua qualidade em produzir sentido; porém, quando pensamos em uma proposta textual que tem a intenção de conduzir os sentidos a partir de uma abordagem argumentativa, percebemos a importância dessa tessitura em sua composição.

É revelador como alguns autores conseguem encaminhar sua proposta argumentativa, mesmo que trabalhe com inferências (algo tão comum em um texto com perspectiva indutora), de forma que a seleção de itens lexicais e suas articulações consigam conduzir a defesa de um ponto de vista.

Notadamente esses elementos gramaticais fazem parte dos mecanismos coesivos (referenciais e sequenciais) que ajudam a obter uma articulação importante no corpo do texto e, por extensão, reforçar a coerência. Há como sabemos um número significativo de recursos

para se obter essa tessitura e aqui neste trabalho estamos interessados em discutir como a *coesão sequencial* pode alcançar esse fenômeno textual.

Pensamos aqui que certos elementos gramaticais podem servir de articuladores e, dependendo do texto, conseguir fazer as relações necessárias para proporcionar a *liga* que garante ao texto uma progressão que o faz encadear em *rede* as informações que o autor deseja apresentar e defender sob a perspectiva de um enunciador, sem nos esquecermos de que nosso enfoque é em textos argumentativos.

Já se faz necessário apresentar brevemente que elementos gramaticais podem funcionar como conectivos. São os que fornecem relações de sentido em rede na progressão textual: conjunções/locuções conjuntivas, advérbios (discursivos), preposições (discursivas), outros elementos encadeadores. Todos eles têm sua importância como operadores argumentativos em consonância com outros itens gramaticais/lexicais na composição do tecido do material discursivo.

Para ilustrar a importância da composição dessa tessitura textual na articulação dos mecanismos gramaticais no texto, observemos, no editorial abaixo, como é possível vir enredando a ideia a partir de alguns desses elementos que, é claro, revelam as escolhas linguísticas do autor nessa composição.

O editorial “Uma falsa solução para um problema real” (29 de agosto de 2012) revela como elementos gramaticais bem enredados direcionam o leitor para a tese defendida no texto analisado. Nesse editorial, o próprio título já é um orientador argumentativo. A crítica que irá se desenvolver no corpo do texto (a reserva de vagas nas universidades públicas) já se evidencia com a seleção do adjetivo “falsa”. Tal seleção lexical deixa evidente o posicionamento do enunciador e promove um jogo de palavras a partir de sintagmas “solução falsa” versus “problema real”. Observemos o editorial na íntegra e sua posterior análise:

Uma falsa solução para um problema real

A principal função da universidade é produzir conhecimento ou reparar injustiças sociais e iniquidades históricas, como a escravidão? Se a presidente Dilma Rousseff sancionar a Lei de Cotas, na semana que vem, terá deixado clara a escolha do governo pela segunda opção. Uma reportagem desta edição de VEJA mostra as armadilhas por trás da lei que obriga as universidades federais a reservar 50% de suas vagas para estudantes da rede pública, distribuídas de acordo com a proporção de autodeclarados negros, pardos ou índios na população.

O círculo vicioso que acaba por destinar aos ricos (e brancos) a maior parte dos lugares nas universidades públicas – sustentadas com o dinheiro de todos os contribuintes, incluindo negros e pobres – tem de ser quebrado. Mas, se esse é um problema real, a solução pelas cotas é falsa. Ao decidir que uma em cada

duas vagas será preenchida por critérios indiferentes ao mérito, o governo incorre em pelo menos dois riscos. O primeiro é comprometer a excelência do ensino e da pesquisa – já que, por definição, os cotistas são estudantes mais mal preparados do que os não cotistas. O segundo é perpetuar as deficiências do ensino público médio e fundamental, uma vez que a lei corrige na ponta o que deveria ser resolvido na base. É no ensino fundamental e médio que estão os funis que mais estreitam o acesso dos desprovidos à educação de qualidade.

A seu favor, no entanto, a Lei de Cotas tem a vantagem de vir com prazo de validade. Ela vai vigorar por dez anos, período em que se poderão avaliar, inclusive, suas supostas vantagens – como a de que, ao misturar alunos mais preparados, egressos das boas escolas privadas, com alunos menos preparados, vindos das deficientes escolas públicas, os primeiros “puxariam” os segundos para cima. Há estudos que apontam nessa direção e que a experiência poderá confirmar.

Se a política de cotas ainda tem resultados incertos, o investimento público em cérebros já provou ser, mais do que uma boa aposta, uma iniciativa capaz de pavimentar o futuro de uma nação. O assunto é tema de outra reportagem desta edição. Neste mês, retornam ao país os primeiros universitários do programa Ciência sem Fronteiras, projeto do governo em parceria com a iniciativa privada que enviará, até 2015, 100.000 brasileiros para estudar nas melhores universidades do exterior. A última vez que se viu um investimento parecido foi durante o regime militar. Nas décadas de 60 e 70, o governo financiou intercâmbios estudantis nas áreas de exploração petrolífera, pesquisa agrícola e engenharia de aeronaves – três campos em que, não por coincidência, o Brasil é hoje líder mundial.

Veja – 29 de agosto de 2012

No corpo do texto há vários segmentos que também marcam o posicionamento do emissor. O recurso linguístico do questionamento em “A principal função da universidade é produzir conhecimento ou reparar injustiças sociais e iniquidades históricas, como a escravidão?” produz um efeito argumentativo importante, pois faz o leitor aceitar (ou no mínimo repensar) que o objetivo da universidade é produzir conhecimento. Com esse artifício, critica-se a atividade que as universidades foram induzidas a fazer: reparar injustiças sociais.

Outro fator visível é, no desdobramento da pergunta, com o uso de um sentido hipotético. A partir do recurso do conector condicional *se* que direciona a defesa argumentativa para criticar o governo de Dilma Rousseff caso sancionasse a Lei de Cotas: “Se a presidente Dilma Rousseff sancionar a Lei de Cotas, na semana que vem, terá deixado clara a opção do governo pela segunda opção”. É importante perceber que o enunciador se baseia numa hipótese (sancionar a Lei), mas o resultado da suposta escolha da presidenta sustenta a opinião defendida no texto.

Nesse mesmo 1º parágrafo do editorial, outro aspecto de crítica se evidencia de forma clara, quando, ao falar da matéria de *Veja* sobre o assunto, seleciona-se o vocábulo “armadilhas”

no segmento: “Uma reportagem desta edição de *Veja* mostra as armadilhas por trás da lei que obriga as universidades federais a reservar 50% de suas vagas para estudantes da rede pública...” Precisamos reconhecer que a seleção lexical no uso do substantivo deixa muito clara a opinião defendida.

No parágrafo subsequente, afirma-se que a maior parte dos lugares nas universidades públicas é destinada aos mais ricos (e brancos) e que isso é um *círculo vicioso*, entretanto reafirma a sua discordância em utilizar as cotas para tentar resolver o problema. A fim de sedimentar sua ideia, usa um conector contrastivo (*mas*) e retoma o sentido do título: “Mas, se esse é um problema real, a solução é falsa”.

Como nosso objetivo nessa análise é perceber os recursos gramaticais que configuram defesa argumentativa, outro importante em matéria de coesão textual é o recurso catafórico a partir de elementos distributivos (Aposto):

EXEMPLO: Ao decidir que uma em cada duas vagas será preenchida por critérios indiferentes ao mérito, o governo incorre em pelo menos dois riscos. O primeiro é comprometer a excelência do ensino e da pesquisa – já que, por definição, os cotistas são estudantes mais mal preparados do que os não cotistas. O segundo é perpetuar as deficiências do ensino público médio e fundamental, uma vez que a lei corrige na ponta o que deveria ser resolvido na base.

Sem necessidade de recorrermos às teorias do texto defendidas pela Linguística Textual neste momento, sobretudo em REFERENCIAÇÃO, gramáticas ilustram exemplos de Aposto distributivo como fenômeno comum em textos bem elaborados coesivamente como Bechara (2001, p.457). Outros livros de sintaxe também discutem o fenômeno do *Aposto distributivo*, mostrando a relevância de tal uso, como Henriques (2011b, p.82) que, inclusive, observa outros usos:

Caso haja necessidade de se recorrer aos demonstrativos ou aos indefinidos, usa-se *este* em relação ao mais próximo e *aquele* para o mais afastado OU *um* e *o outro* em relação a cada um dos dois, sem ordem OU *o primeiro, o segundo, o terceiro...*

Vimos, então, que, no editorial, o *Aposto distributivo* utilizado para fazer a coesão foi o par “primeiro/segundo” e esses termos estão distribuídos a partir da expressão que o antecede “dois riscos”. Argumentativamente, esse aspecto coloca em relevo uma escolha hierárquica em que o *primeiro* é representativo de um problema mais direto para as universidades (“comprometer a excelência do ensino e da pesquisa”) e o *segundo* como revelador de um problema para os ensinos fundamental e médio (“perpetuar as deficiências do ensino público médio e fundamental”). Daí a presença do aposto, a fim de trabalhar com os exemplos e as problemáticas separadamente.

Já no que se refere às conexões textuais (principal mecanismo a ser avaliado neste trabalho), sabemos da importância discursiva na composição textual. Irandé Antunes (2006, p.55) aborda e define bem esse mecanismo:

(...) Realiza-se [a conexão] por meio de unidades da língua que preenchem essa função – mais especificamente, as conjunções, as preposições e respectivas locuções – ou por meio de expressões de valor circunstancial, inseridas na sequência do texto. Umas e outras constituem o que tradicionalmente se tem chamado de conectores. Os conectores desempenham uma função muito importante, pois indicam a relação semântica que pretendem estabelecer entre segmentos: orações, períodos, parágrafos. São relações de causalidade, de temporalidade, de oposição, de finalidade, de adição, entre outros, as quais vão indicar a direção argumentativa de nosso texto, além de funcionarem como elos com que se conectam as várias partes de um texto. (...)

Tais conectores são muito mais do que elos coesivos, são indicadores de sentido, fator esse discutido amplamente neste trabalho. E como desempenham importante papel semântico em textos argumentativos, no mesmo segmento analisado do editorial em que se encontra o aposto, vimos o uso de causalidade com os conectores *já que* e *uma vez que*, duas locuções conjuntivas que introduzem as causas para as consequências danosas iniciadas pelos numerais (primeiro/segundo) no aposto distributivo.

Ainda sob a ótica do emprego dos conectores, no parágrafo posterior faz-se uso do contrastivo “no entanto” para mostrar que, embora haja problemas, essa *Lei de Cotas* tem um prazo de validade de dez anos, ou seja, argumentativamente o que ela tem de bom para o enunciador não é o seu teor, mas a pequena duração, a sua existência breve, revelando, assim, mais uma crítica. Isso é tão certo que tal enunciador apresenta os possíveis benefícios da lei durante os dez anos em que ela estará em vigor, como “supostas vantagens”:

EXEMPLO: A seu favor, *no entanto*, a Lei de Cotas tem a vantagem de vir com prazo de validade. Ela vai vigorar por dez anos, período em que se poderão avaliar, inclusive, suas supostas vantagens – como a de que, ao misturar alunos mais preparados, egressos das boas escolas privadas, com alunos menos preparados, vindos das deficientes escolas públicas, os primeiros “puxariam” os segundos para cima. Há estudos que apontam nessa direção e que a experiência poderá confirmar.

Embora, é claro, não se possa prever o futuro, o que chama a atenção é que o enunciador não faz nenhum esforço argumentativo para defender a lei, já que a critica no corpo do texto. Quando cita essas “supostas vantagens”, tenta deixar claro que os exemplos não são dele e sim de quem defende o sistema de cotas, ou seja, apresenta-se no texto o ponto de vista de outro possível enunciador.

Observamos, dessa forma, nessa pequena análise, como o reconhecimento de elementos gramaticais que compõem os textos realmente indicam a direção argumentativa, fator que dá garantias mais seguras para possíveis análises textuais. Colocamos em relevo os conectores, mas sem deixar de analisar também outros elementos gramaticais que colaboraram sobremaneira para as compreensões e principalmente interpretações textuais.

Precisamos deixar claro que o conhecimento linguístico dos valores dos conectores (e notadamente de outros termos gramaticais) é resultado do processamento cognitivo dos leitores. As leituras adquiridas fornecem aos leitores reconhecimento gramatical suficiente para perceber sentidos possíveis em um texto. O leitor em si não fica propriamente fazendo análises (se uma conjunção é causal; ou se uma preposição deve ser classificada como final...); quem faz isso é o analista. Entretanto, um questionamento é importante fazer: como ele consegue reconhecer o sentido global do texto? Certamente a partir das frases que se sucedem e se encadeiam de modo que nesse entrelaçamento produza sentido, do domínio de vocabulário, das relações que o texto faz com o conhecimento de mundo. Fatores esses que explicam como os mecanismos referenciais são percebidos pelos leitores proficientes, sejam anáforas diretas, encapsuladoras ou mesmo indiretas, mas que vão recuperando algo de alguma forma, vão dando sentido ao texto. O mesmo fator ocorre com a coesão sequencial como produtora de sentido. Ainda que o leitor não se preocupe em classificar ou em saber nomenclaturas (causa, condição, tempo...) seu conhecimento linguístico, por conta de suas leituras anteriores e das estratégias aprendidas, pode dar a ele ferramentas para compreender/interpretar um texto como um todo.

Esperamos que, nessa breve análise, tenhamos conseguido mostrar como é importante o papel educacional de formação dos leitores. Os professores precisam dominar estratégias pedagógicas e mostrar aos seus alunos como a análise de textos não é propriamente intuitiva, mas fruto de leituras anteriores e dos domínios discursivos (linguísticos, enciclopédicos e dos gêneros) que o leitor vai adquirindo ao longo do tempo. Daí a importância de se criarem estratégias de análises textuais que evidenciem essas e outras ferramentas na composição de sentido.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. **A Linguística Textual: Introdução à análise textual dos discursos.** São Paulo: Editora Cortez, 2008.

- ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. 2. ed., São Paulo: Parábola, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARROS, Clara; FONSECA, Joaquim (Org.). **A organização e o funcionamento dos discursos: estudos sobre o português**. Porto: Porto Editora, 1988. t.1.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENTES, Anna Christina, LEITE, Marli Quadros (Org.). **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- BEAUGRANDE; DRESSLER. **Introduction to text Linguistics**. London & New York: Longman. 1981.
- CARONE, Flávia de Barros. **Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes**. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. **Morfossintaxe**. 6. ed., São Paulo: Editora Ática, 1997.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. **Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- DA SILVA, Soeli Schreiber. **Argumentação e polifonia na linguagem**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1987.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCK, Ingredore Villaça. **Linguística textual**. 6. ed., São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- FIORIN, José Luiz; DE BARROS, Diana Luz Pessoa (Org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2011.
- FONSECA, Fernanda Irene. **Gramática e pragmática: estudos de linguística geral e de linguística aplicada ao ensino do português**. Porto: Editora do Porto, 1994.
- FONSECA, Joaquim (Org.); BARROS, Clara; RODRIGUES, Maria Conceição C. **A organização e o funcionamento dos discursos: estudos sobre o português**. Porto: Editora do Porto, 1998. t. 1.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. **Estilística e discurso**. Rio de Janeiro: Campus, 2011 a.
- _____. **Sintaxe**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Campus, 2011b.
- KOCH, Ingredore Villaça. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.
- _____. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2008b.
- KOCH, Ingredore Villaça. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2008.
- KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 2005 [1969].
- MATOS, Lúcia Helena Lopes de. **A metáfora e a intertextualidade: uma realização multicultural na língua portuguesa**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

- SILVA, M. Cecília P. de Souza e; KOCH, Ingodore Villaça. **Linguística aplicada ao português: sintaxe**. 15. ed., São Paulo: Editora Cortez, 2009.
- _____; KOCH, Ingodore G. Villaça. **Texto e coerência**. 13. ed., São Paulo: Cortez, 2011.
- VALENTE, André (Org.). **Língua, linguística e literatura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1988.
- _____. **Intertextualidade e interdiscursividade nas linguagens midiática e literária: um encontro luso-brasileiro**. In: COLÓQUIO "O FASCÍNIO DA LINGUAGEM", 2007, Porto. *Anais*. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6694.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

Resumo: A proposta deste trabalho pretende discutir como é possível pensar metodologias que possibilitem análises textuais mais ampla. Por conta disso, nossas pesquisas procuram analisar aspectos da língua e do discurso relacionados a estratégias de argumentatividade no gênero textual Editorial. Os pressupostos teóricos da Linguística Textual dos Discursos embasam nossas pesquisas e apresentam um conjunto de ferramentas (principalmente os operadores argumentativos) que possibilitam uma análise textual mais produtiva.

Palavras-chave: Texto, Discurso, Interpretação, Operadores argumentativos, Argumentatividade.

Abstract: This article aims to discuss how it is possible to develop methodologies that allow for more comprehensive textual analyses. Therefore, our research seeks to analyze aspects of language and discourse related to argumentative strategies in the editorial text genre. The theoretical assumptions of Textual Discourse Linguistics underpin our research and present a set of tools (mainly argumentative operators) that enable a more productive textual analysis.

Keywords: Text, Discourse, Interpretation, Argumentative operators, Argumentativeness.

Recebido em: 16/9/2025.

Aceito em: 28/11/2025.